



(DO SR. CUNHA BUENO)

### ASSUNTO:

# DESARQUIVADO

outras providências.				
DESPACHO22/05/97 - (APENSE-SE AC 1996)	O PROJETO DE LE	I Nº 2	.316, D	E
AO ARQUIVO , 11/6/97	em	de	d	9 19_
	TRIBUIÇÃO			
D13	INIBUIÇAU			
Ao Sr			, em	19_
O Presidente da Comissão de				
Ao Sr			, em	19_
O Presidente da Comissão de				
Ao Sr			, em	19_
O Presidente da Comissão de				
Ao Sr			, em	19_
O Presidente da Comissão de				
Ao Sr			em	19
O Presidente da Comissão de				
Ao Sr			, em	19_
O Presidente da Comissão de				
4o Sr			, em	19_
Presidente da Comissão de				
Ao Sr			, em	19_
D Presidente da Comissão de				

GER 3.17.07.003-7 (MAI/93)



# PROJETO DE LEI Nº 3.155, DE 1997 (DO SR. CUNHA BUENO)



Dispõe sobre limitações à produção, comercialização e utilização de cigarros e similares e de produtos derivados de tabaco, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.316, DE 1996)

PL Nº 3155/1997



CÂMARA DOS DEPUTADOS Em 22/05/97

Apense-se ao PL. 2316/96

Em 22/05/97 PRESIDENTE

## PROJETO DE LEI N° 3155, DE 1997 (Do Deputado Sr. CUNHA BUENO)

Dispõe sobre limitações à produção, comercialização e utilização de cigarros e similares e de produtos derivados de tabaco e dá outras providências.

- Art. 1º Os fabricantes e importadores de cigarros e similares e de derivados de tabaco são obrigados a fornecer relatórios ao Ministério da Saúde, informando sobre:
  - a) todos os componentes desses produtos;
  - b) a quantidade de produtos de tabaco fabricados, importados ou exportados;
  - c) a quantidade desses produtos vendidos no País.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde baixará, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Lei, as normas relativas à forma e periodicidade dos relatórios de que trata este artigo, cujas informações deverão ser tornadas públicas.

- Art. 2º As terminologias utilizadas para caracterizar os teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos derivados de tabaco passarão a ser uniformizadas de acordo com normas a serem editadas pelo Ministério da Saúde e deverão ser observadas, para todos os efeitos e fins, pelo fabricantes e importadores de cigarros e similares e de derivados de tabaco que atuem no País.
- Art. 3º Os teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono terão que ser divulgados nas embalagens dos cigarros e similares, de forma clara, de modo a que os consumidores em geral tenham pleno conhecimento dos seus níveis e dos males que causam à saúde.
- Art. 4º Ficam proibidos de ser produzidos, importados ou comercializados no País todo os produtos derivados do tabaco que apresentarem teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono, na corrente principal da fumaça do cigarro, maiores que:
  - a) 12 mg, 1.0 mg e 10 mg, respectivamente, por cigarro, a partir de 01 de janeiro de 1998;
  - b) 10 mg, 0.5 mg e 8 mg, respectivamente, por cigarro, a partir de 01 de janeiro de 2000.

Parágrafo único. O Ministério da Saúde estabelecerá a metodologia de avaliação desses teores.





Art. 5° É terminantemente proibida, em todo o território nacional, a prática de manipulação genética e química que concorra para o aumento da concentração ou de liberação de nicotina para o usuário de derivados de tabaco.

Parágrafo único. Será considerada como crime a infração ao disposto neste artigo, sujeitando o infrator às penas da legislação em vigor.

Art. 6º Caberá ao Ministério da Justiça implantar os mecanismos necessários à fiscalização das disposições desta Lei, cumprindo-lhe promover análises regulares e inspeções dos laboratórios encarregados da avaliação dos componentes dos derivados do tabaco e normatizar a metodologia a ser por eles empregada.

Art. 7º Fica proibido em todo o território nacional, a partir da publicação desta Lei, o consumo de derivados de tabaco produtores de fumaça em ambientes públicos fechados, tais como transportes coletivos aéreos, terrestres e aquáticos, ambientes de trabalho, de lazer, restaurantes, boates, discotecas, cinemas, lojas, elevadores, bibliotecas e outros similares, a critério do Ministério da Saúde.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICAÇÃO

Conforme informações do Ministério da Saúde e de organismos internacionais que pesquisam e tratam dos controles sobre os efeitos do fumo à saúde humana, há urgente necessidade de implantarmos no País, a exemplo do que vem ocorrendo em muitos outros países, limitações à produção e ao consumo dos derivados do tabaco, posto que seus malefícios à saúde das pessoas estão entre os principais problemas de saúde pública dos tempos atuais.

O Ministério da Saúde, em atenção a Requerimento de Informação por mim encaminhado, nos dá conta sobre a realidade do assunto no Brasil, tão preocupante ou mais do que o que está acontecendo nessa área em outros lugares do mundo. Senão vejamos:

 os cigarros Derby, da Souza Cruz, e Dallas, da Philip Morris, têm teor de alcatrão superior ao limite máximo estabelecido pela Comunidade Econômica Européia - CEE, em vigor desde 1992;

nas marcas Derby, Hollywood, Dallas e Marlboro os teores de alcatrão, na corrente principal, encontram-se bastante acima (até 70% acima) do recomendado pela CEE





para 1998;

- não há estudo no Brasil sobre os efeitos do "benzopyrene", mas estudos internacionais revelam os seus efeitos cancerígenos em animais e humanos;
- estudos da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA indicaram que os níveis contaminantes são significativamente mais altos nos ambientes fechados, do que nos ambientes abertos, o que trouxe grande preocupação, porque as pessoas passam 90% de seu tempo em locais fechados;
- a exposição à fumaça de derivados de tabaco causa cerca de três mil mortes por ano por câncer pulmonar, na população adulta, e ameaça a saúde das vias respiratórias de milhares de crianças;
- estudos do IARC estabeleceram que há relação positiva entre o "benzopyrene" como agente cancerígeno;
- o tabaco é responsável por mais de 80% dos casos de câncer do pulmão, além de estar relacionado com diversas doenças crônico-degenerativas;
- o câncer de pulmão é o que mais mata no mundo e sua incidência também tem a ver com os teores de alcatrão, onde está presente o "benzopyrene";
- seria interessante que fossem seguidas as recomendações do Ministério da Saúde e da CEE quanto aos níveis de alcatrão, ou seja, no máximo até 12 mg/cigarro a partir de 1998 e de 10 mg a partir de 2.000;
- a ADESF Associação de Defesa da Saúde dos Fumantes tem movido ações judidiciais contra as indústrias de cigarros, responsabilizando-as pelo adoecimento de pessoas que não tinham informações sobre os malefícios causados pelo cigarro.

Frente a esse tenebroso quadro, não nos resta outra opção do que estabelecer regras firmes para a produção e a comercialização de derivados de tabaco no Brasil, de modo a minorar seus graves efeitos à nossa população.

Assim, conto com o apoio de Vossas Excelências, no sentido da rápida tramitação e pronta aprovação deste Projeto de Lei.

Brasília (DF), 22 de MANO

de 1997

8

cigarros.doc

```
PROBLEM CORY' SHITCHARD POR CASTILLE

PRIME ON CONTINUE

SHITE - SHITE

SH
```

Charles and the court of the control of the control



## PROJETO DE LEI Nº 2.316, DE 1996

(Do Sr. Elias Murad)

Dispõe sobre os limites máximos dos teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono dos derivados do tabaco comercializados no País e dá outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; E DE CONSTITUI-ÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART.54), ART. 24,II)

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Ficam estabelecidos os seguintes teores máximos permitidos por cigarro: 15 mg de alcatrão, 1,2 mg de nicotina e 12 mg de monóxido de carbono.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo vigorará no período de 1° de janeiro de 1988 até 31 de dezembro de 1999.

Art. 2º Ficam estabelecidos os seguintes teores máximos permitidos por cigarro, a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano 2.000: 12 mg de alcatrão; 1,0 mg de nicotina e 10 mg de monóxido de carbono - CO.

Art. 2º É vedada a manipulação genética ou química para aumentar a concentração ou a liberação de nicotina.

Art. 3° As indústrias produtoras de derivados do tabaco ficam obrigadas a entrega periódica de relatório especificando a composição de seus produtos.

Art. 4° Os laboratórios das indústrias produtoras de derivados do tabaco serão objeto de análises e inspeções periódicas, realizadas por órgão público competente, que divulgará os resultados.

Art. 5° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° Revogam-se as disposições em contrário.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Reiteradas vezes temos denunciado os grandes malefícios do uso dos derivados do tabaco, quer para os fumantes, quer para os não fumantes. Nosso combate tem se dado dentro e fora desta Casa, porque entendemos que tal esforço será extremamente recompensador, caso consigamos, ao menos, reduzir a profunda ação deletéria da indústria do fumo entre nós.

Nossas denúncias, em sua maioria, baseiam-se em pesquisas realizadas no exterior, que comprovam largamente que o cigarro é responsável por grande parte dos diversos tipos de câncer.

No Brasil, estima-se existir mais de trinta milhões de fumantes, com a previsão de oitenta mil vítimas fatais por ano. O alarmante crescimento de mortes por câncer seria reduzido de forma substancial com a diminuição deste vício. Segundo o diretor-geral do INCa "se a população parasse de fumar hoje, em 20 anos, a incidência geral de todos os tipos de tumores cairia em 30% e o câncer de pulmão diminuiria em 90%."

Vários estudos, portanto, reafirmam o grande mal causado à nossa população pelo vício provocado pela nicotina e por outras substâncias componentes do cigarro, como o alcatrão e o monóxido de carbono. Não tínhamos, entretanto, qualquer estudo que nos demonstrasse a real composição dos produtos comercializados no Brasil.

Por iniciativa do Instituto Nacional do Câncer - INCa - , com o apoio do laboratório canadense Labstat Incorporated - o único na América com capacidade para realizar esta modalidade de exames -, foi realizado estudo que revela a dosagem de substâncias tóxicas contidas nos cigarros produzidos e comercializados no Brasil.

Os resultados não poderiam ser piores: os teores de nicotina e alcatrão estão muito acima dos padrões aceitos nos países desenvolvidos, além disso, ocorre uma criminosa manipulação química, visando ampliar a absorção da nicotina, pela presença de altos teores de amônia.

. . . . .

Ademais, o tabagismo prejudica enormemente o meio ambiente, pela descarga de altas doses de poluentes, são 4.720 substâncias diferentes em sua fumaça. Assim, como exemplo, cada cigarro Derby King Size Filter, o mais vendido no Brasil, tem 1,40 mg de nicotina três vezes mais do que o nível a partir do qual se cria a dependência física do cigarro, 17,10 mg de alcatrão, 16, 11 mg de monóxido de carbono e 14,96 microgramas de amônia. Esta composição seria totalmente rejeitada nos países da Comunidade Européia.

Os não fumantes, no Brasil, sofrem muito mais. Uma das principais características dos produtos nacionais é a maior concentração de nicotina na fumaça espalhada no meio ambiente - corrente secundária - em relação àquela que vai direto aos pulmões do fumante - corrente primária.

O presidente do INCa considera, após o estudo, que o cigarro brasileiro é um dos mais venenosos do mundo, e que as estatísticas levantaram o "véu da indústria do fumo, que se recusa admitir sequer que o cigarro vicie."

Diante desse realidade, foram formuladas uma série de recomendações pelo INCa, que, absorvendo as mais relevantes, transformamos nesse projeto de lei.

Ressalte-se que a limitação dos teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono será estabelecida em duas etapas: uma a vigorar a partir de 1998 e outra, mais rígida, a partir do ano 2.000. Assim, as indústrias não poderão alegar qualquer impossibilidade de se adequar às novas normas.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres pares a se associarem a esta luta em prol da saúde de nosso povo, aprovando esta proposição.

Sala das Sessões, em 2 de 0 de 1996

Deputado Elias Murad

22/08/96



### REQUERIMENTO

Defiro, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento das seguinte proposições: PL's: 744/95, 831/95, 1664/96, 1766/96, 2006/96, 2007/96, 2266/96, 2426/96, 2588/96, 2674/96, 3034/97, 3155/97, 3364/97, 3566/97, 3676/97, 3694/97, 3695/97, 3885/97, 3997/97, 4666/98. Publique-se.

Em 17/03/199

PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Deputado MICHEL TEMER, Presidente da Câmara dos Deputados:

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência o desarquivamento dos seguintes projetos de lei de minha autoria:

PROJETOS 744/95, 831/95, 1664/96, 1766/96, 2006/96, 2007/96, 2266/96, 2426/96, 2588/96, 2674/96, 3034/97, 3155/97, 3364/97, 3566/97, 3676/97, 3694/97, 3695/97, 3885/97, 3997/97, 4666/98.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

Deputado CUNHA BUENO